 ISBN: 978-65-87289-08-3

GT 57. Migrações e Deslocamentos

Coordenador(es):
Natália Corazza Padovani (UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas)
Angela Mercedes Facundo Navia (UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte)

Este GT, proposto no âmbito do Comitê Migrações e Deslocamentos da ABA, visa reunir trabalhos que reflitam sobre diferentes "regimes de mobilidades". Migrações e deslocamentos são objeto de processos de diferenciação vinculados a assimetrias e "localizações sociais". Categorias como "permanência e mobilidade" são tensionadas nos processos de governamentalidade voltados para quais sujeitos e populações podem/devem permanecer e/ou mover-se. Exílios, expulsões e deslocamentos forçados são contrastados com imaginários sobre turismo e cosmopolitismo. Migrações e deslocamentos, assim, podem ser analisados frente ao modo como "viagens" e "refúgios", por exemplo, diferenciam pessoas frente a categorizações de raça, gênero, sexualidade, classe, nacionalidade, geração, entre outras, as quais enredam práticas e normativas de segurança e proteção dos territórios e estados nacionais. Nos interessam trabalhos que examinem a produção de mobilidade/imobilidade, circulação/contenção, legalidade/ilegalidade; e/ou processos de subjetivação e a incidência de marcadores sociais na delimitação de fronteiras territoriais e sociais. A intenção é abranger pesquisas realizadas a partir de temas voltados para as várias formas de deslocamentos e "regimes de mobilidades" através de fronteiras, que podem ou não ser transnacionais. Consideramos que o deslocamento entre fronteiras das cidades, bem como urbanas, ou "rurais e urbanas", podem trazer elementos etnográficos e analíticos ao debate proposto.

Entre Maranhão e Pará: Movimentos, trânsitos e circularidade de maranhenses em Parauapebas/PA

Autoria: Leonardo de Oliveira Cruz (UNESP)

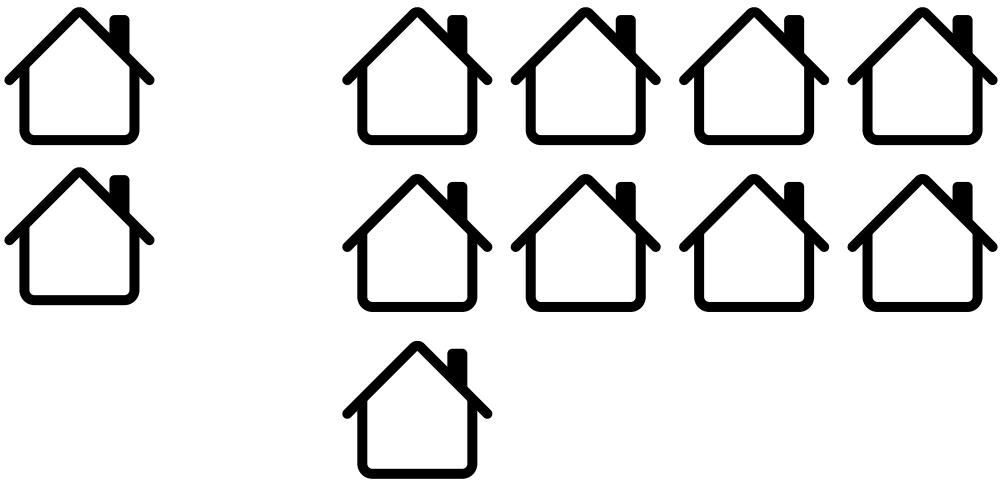
A partir da década de 1960, o sudeste paraense, Amazônia oriental, torna-se cenário para a implantação de empreendimentos como hidrelétrica, mineração e rodovias. No contexto da mineração, na década de 1980, o município de Parauapebas é criado, passando a sediar a Mina de Ferro Carajás, além de está situado nas proximidades do antigo garimpo de Serra Pelada, portanto, as relações sociais na cidade são marcadas por fluxos migratórios de diferentes lugares, sobretudo do estado do Maranhão. Ao analisar estes fluxos observa-se a importância cada vez mais marcante de mobilidade inter-regional e a intensificação da circularidade de maranhenses entre Parauapebas e a cidade de origem. Tais tendências expressam novos processos em curso, como a reestruturação produtiva dos centros urbanos, novas formas de ocupação das áreas de fronteira a partir de novos modelos exportadores, entre outros. Este novo paradigma também sugere um aumento da complexidade das estratégias dos migrantes para enfrentarem estas novas contingências. Neste contexto, são apontadas outras categorias de análise do fenômeno da migração, entre elas a de circularidade, abordando a intensificação do ir e vir dos migrantes entre os seus locais de origem e destinos. Diálogos com maranhenses em Parauapebas me permitiram perceber forte relação com seu local de origem e certa alternância. Estes movimentos ressignificam o que poderia ser denominado de migração de retorno neste contexto, pois o retorno não é definitivo, e quando ocorre, há sempre a expectativa da reemigração, caracterizando assim a circularidade de pessoas entre um e outro estado. Situações de desemprego em Parauapebas, tratamento de saúde próximo a familiares e investimentos são alguns dos fatores que permitem que o retorno por temporadas curtas ou mais duradouras (alguns meses) seja uma alternativa utilizada por parte dessa população. A manutenção de uma solidariedade familiar e social, o investimento em terras ou bens imóveis na região de origem, e o apoio financeiro acidental aos que ficaram organizam e

 ISBN: 978-65-87289-08-3

> fazem possível o retorno do migrante, mas não definitiva. É importante mencionar que esta discussão se refere, no caso em estudo, ao entendimento da manutenção de laços culturais, afetivos e econômicos com a terra de origem, relacionada à movimentação geográfica de população, mas não implicando necessariamente em um fluxo migratório orientado para o retorno em termos demográficos.

 ISBN: 978-65-87289-08-3

Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização: **Apoio:** **Organização:**